

lução cubana. Adotou ela as teses que defendiam nesta Casa o Partido Trabalhista, as forças mais progressistas, sem distinção de comunismo ou de anticomunismo — pois temos visto aqui o próprio Partido Integralista, ou o ex-Partido Integralista, chefiado pelo nobre Deputado Plínio Salgado, ao nosso lado, na defesa desses pontos de vista visando o desenvolvimento econômico do povo brasileiro.

Pois bem, Sr. Presidente, desejo que estas coisas fiquem fixadas para que não se deixem jamais de considerar, através do processo que agora se inicia, a influência de todas essas forças que procuram atuar no sentido de impedir que o Congresso Nacional vote os instrumentos legais que haverão de trazer-nos tranquilidade e fortalecer o Brasil. Jamais poderemos deixar de admitir a relação entre desenvolvimento econômico, entre nível de vida e regime democrático. Por isso, temos defendido aqui a evolução pacífica, através do regime democrático, pela votação de todos esses instrumentos legais. Mas é preciso que esses elementos da reação fiquem avisados de que, uma vez provada a impossibilidade, em decorrência da sua intervenção subterrânea, de pacífica e democraticamente, evoluir o povo brasileiro para a conquista de mais altos padrões de vida, esse objetivo será conseguido pela força. (Muito bem; muito bem. Palmas).

O SR. GABRIEL PASSOS (*Para encaminhar a votação*)\* — Senhor Presidente, Srs. Deputados, quero e peço a Deus me ajude a ser bastante sereno e frio para apreciar os acontecimentos com a maior isenção mas partindo de ângulo inicial que é aquêle onde julgo estar o meu dever.

Na qualidade de Deputado, tenho o dever inalienável de me incorporar a todos aqueles que defendem as instituições democráticas, sobretudo quando se diz que

\* Não foi revisto pelo orador.

se cogita de suprimir o Congresso, para maiores maquinações contra essas instituições.

Não digo que haja ou tenha havido o intento, mas desejo ver apurada a denúncia. Há dias, Sr. Presidente, temos tido informações de várias fontes de que se tramava um movimento armado, um golpe, contra o Presidente da República, para impor uma ditadura militar ainda que provisória, a fim de facilitar certos propósitos, alguns dos quais altamente reacionários.

Agora surge a acusação, que devemos apurar, de que é justamente no seio do Governo que se elabora o golpe.

Não quero fazer juízo sobre nenhum desses movimentos, antes de estar senhor de todos os dados que levem à certeza da verdade.

Podem ser boatos, meros movimentos superficiais. Mas, de qualquer modo, são profundamente perturbadores da vida da Nação, e todos visam ao enfraquecimento do Congresso.

O nobre Deputado Sérgio Magalhães apontou algumas das deliberações pendentes do Congresso que ferem, fundamentalmente, grandes interesses, e não se sabe se a onda de perturbações, de boatos e de intrigas tem ou não interligação com o aperfeiçoamento de certos estatutos legais necessários para preservar o desenvolvimento da Nação.

Ora, Senhor Presidente, se a nós, Deputados, incumbe precipuamente apurar quaisquer acusações ponderáveis que se facam no sentido de que se trama contra a sobrevivência do Poder Legislativo, esta é uma oportunidade para que a Câmara comece a cumprir o seu dever.

Não quero prejulgar. Não quero imputar a quem quer que seja responsabilidades. Mas não posso deixar em sombra e crepúsculo uma denúncia ainda mesmo crepuscularmente formada. Digo crepuscularmente formada, porque tenho visto na leitura dos jornais que não se sabe se o Senhor Ministro da

152.<sup>a</sup> SESSÃO, EM 25 DE AGOSTO DE 1961

129

Justiça teria convocado o Senhor Governador do Estado da Guanabara para um movimento constitucional processando-se no Congresso, ou para um movimento de golpe contra as instituições.

Estamos numa zona crepuscular. E é por isso mesmo que precisamos ouvir os interessados para saber o que há de real, não apenas o Senhor Ministro da Justiça, que pela sua alta qualificação funcional merece ser considerado e ouvido, mas, também, o Senhor Governador do Estado da Guanabara, pela mesma razão, precisa esclarecer ao Congresso, ainda que em sessão reservada, se necessário, as razões que tem ou os fatos que possa apontar como perigosos para as instituições. Referidos os fatos e ouvidas outras pessoas citadas ou que estejam direta ou indiretamente envolvidas com esse acontecimento, a Câmara formará seu juízo para agir com isenção, mas, com justiça e ir até as suas últimas consequências. O que não pode é por covardia, pusilanimidade, ou irresponsabilidade, deixar em zona de sombra e crepúsculo tão graves e tão sérias acusações que estão intranquilizando profundamente a Nação, para que, então, não dê razão verdadeira para fechar-se esta Câmara, pois que ela nem ao menos tem instinto de conservação (*Muito bem*).

Assim, Senhor Presidente, quero, em meu nome individual, dar pleno assentimento a todas as providências que, com isenção, com espírito de justiça, mas com vontade de apurar os fatos, venham dar a esta Casa do Legislativo o seu papel de defender as instituições. Ela não crescerá, jamais, tão alto quanto no dia em que afirmar que disposição de sobreviver no regime, de ser a caixa de ressonância da opinião pública, de ser o porta-voz daquilo que o povo brasileiro quer profundamente, que é a ordem legal, a democracia consolidada e o respeito às instituições, a fim de que veja se são meros boatos, ou se esses entendimentos se passam

em ambiente boêmios, regados a whisky, que desapareçam da vida pública, porque a vida pública é coisa séria e deve ser preservada, não pode ser tratada com menos-prézo, onde não podem os homens públicos dar espetáculos de des-tempéros ou de desinteresse pela opinião pública. Temos de estar atentos, porque é a sorte de uma coletividade que está em jogo. E isto é muito sério e grave para que se trate com displicência ou com ceticismo.

Sr. Presidente, estas as razões por que dou pleno assentimento a todas as providências que esta Casa pretende tomar para apurar os fatos, julgados e agir em consequência, em bem do regime e da preservação das instituições. (*Muito bem, muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado*).

O SR. MOACYR AZEVEDO (*Para encaminhar a votação*) \* — Sr. Presidente, Srs. Deputados, vai a Casa apreciar requerimento de convocação do Sr. Ministro da Justiça, a fim de que venha a este Parlamento dizer o que há de verdade em relação às graves acusações formuladas pelo Governador da Guanabara e divulgadas por vários jornais desta capital e do Estado da Guanabara. O assunto é por demais grave. Não pode o Congresso ficar indiferente à sua natureza, que está, sem dúvida alguma a reclamar a atenção e o sangue frio de todos nós. Não podemos, absolutamente, permitir continue em nossa Pátria esse ambiente de apreensão, de angústias, de dúvidas e de incertezas sobre a sorte do regime.

Desnecessário se torna justificar a oportunidade do pedido e se vendo a tribuna é tão-somente para focalizar um aspecto do problema. Ainda há pouco ouvimos a palavra do Deputado Padre Vidigal que, com o talento e cultura e o ardor que o caracterizam.

O Sr. Padre Vidigal — Obrigado a Vossa Excelência.

\* Não foi revisto pelo orador.